



DISCURSOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM DIVERSIDADE SEXUAL: A MATERIALIZAÇÃO DOS CORPOS, GÊNEROS E SEXUALIDADES

Thais Adriane Vieira de Matos¹

Resumo: Este trabalho parte da noção foucaultiana de discurso e dos Estudos de Gênero, para fazer uma análise de textos elaborados por professoras que se inscreveram no curso “GDE – Gênero e Diversidade na escola”, oferecido pela Universidade Federal do Paraná. Além dos textos elaborados por quem pleiteou uma vaga no curso, recorro também ao livro de conteúdo (2009), que orientou essa política formativa no Brasil recentemente. Com base nesses documentos, investigo em quais redes de poder-saber estão inseridas as concepções prévias de gênero e sexualidade das profissionais envolvidas. Quais efeitos de poder e/ou resistência emanam desses discursos? Essa pergunta permite tensionar a relação entre as concepções de gênero das profissionais com as noções norteadoras do curso GDE, bem como, mobilizar o pensar sobre os corpos escolarizados e os discursos de inclusão escolar contemporâneos. Grande parte das concepções de gênero e sexualidade das profissionais, enredam-se numa perspectiva assimilacionista, seja na natureza, seja na cultura. Ademais, essas falas, e as narrativas das políticas públicas de formação docente em diversidade sexual, trazem retóricas de respeito, tolerância e humanidade, que essencializam as identidades de gênero e sexuais, criando e mantendo fronteiras entre quem está incluído e quem se deve incluir.

Palavras-chave: Formação docente, Gênero, Sexualidade, Inclusão.

1 SOBRE O TEMA E O OBJETO DA PESQUISA: UMA APRESENTAÇÃO DOS FUNDAMENTOS QUE CONSTITUEM O PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

Esse trabalho toma, como fonte de análise, os textos elaborados por professoras e/ou pedagogas², em situação de processo seletivo para ingressarem como cursistas no Curso de Aperfeiçoamento “GDE – Gênero e Diversidade na escola”, oferecido em 2013/2014 pelo Setor Litoral, da Universidade Federal do Paraná – UFPR, e que faz parte do programa destinado à formação de professoras em gênero, diversidade sexual e relações étnico-raciais, implementado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, do Ministério da Educação. Tomo, ainda como fonte de análise, o livro de

1 Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE, da Universidade Federal do Paraná – UFPR, e-mail: prof.thaisvieira@gmail.com. Orientada pelo professor Dr. Jamil Cabral Sierra.

2 É uma escolha política, em ressonância com a teoria, usar apenas o artigo feminino. Esse posicionamento, centrado na compreensão pós-estruturalista de que a linguagem institui o real, e não apenas representa a realidade, pode contribuir na ruptura das formas tradicionais da escrita, nesse sentido, auxilia em rupturas culturais pertinentes/urgentes, pois contestam a supremacia da figura universal da razão, ou seja, o “homem”. “Essa Razão é eurocêntrica, masculina, branca, setentista.” (SILVA, 1994, p. 256), além de heterossexual, e serve como referencial “humano” valorizado em primeiro lugar, frente a qualquer outra forma de habitar o mundo. A escrita pelo feminino destaca as “mulheres”, em vez de invisibilizá-las, já que elas são a maioria no campo específico de minha investigação. Para mais detalhes, a respeito de estratégias políticas de subversão na escrita como essa, ver SIERRA (2013).



conteúdo (2009)³ do curso.

Além disso, junto a esse material do GDE, uma problematização acerca da experimentação/vivência que propõe pensar o corpo escolarizado, por meio da dança de Contato Improvisação, direcionada as profissionais da educação. Meu estudo é construído, portanto, com duplo analítico – documental e experimental – em meio à análise e aproximação dos discursos que objetivam a inclusão escolar – via processo de formação de professoras – de gênero e da diversidade sexual. Para esse trabalho em particular, no entanto, uma vez que minha pesquisa ainda está em andamento, trato apenas do primeiro momento, que se refere a uma apresentação da parte documental – apresentação do tema, objeto e perspectiva teórico-metodológica.

O espaço teórico por onde caminho está aberto para explorar os discursos, tanto no que diz respeito aos seus usos, quanto no que se refere aos seus silêncios e efeitos, principalmente a partir das obras de Michel Foucault, com quem dialogo para tentar estabelecer os questionamentos aqui expressos. Corpo, gênero e sexualidade no contexto escolar e sua formação docente, são os temas desse estudo, enquanto objetos de pesquisa, embora o gênero represente, também, a epistemologia analítica assumida no tratamento dado à investigação do objeto de pesquisa. Os temas da pesquisa, por conseguinte, se desdobram em duas situações. A primeira naquilo que tem a ver com os discursos apresentados pelas políticas públicas de inclusão na área de gênero e diversidade sexual; a segunda, no tocante a formação continuada de professoras na mesma área.

Entendo que vivemos o mundo por meio do corpo – assim, somos corpo – e, portanto, como afirma Guacira Lopes Louro, das várias marcas atribuídas a ele “[...] ao longo dos séculos, a maioria das sociedades vem estabelecendo a divisão masculino/feminino como uma divisão primordial. Uma divisão usualmente compreendida como primeira, originária ou essencial. (LOURO, 2015, p. 78). Penso que discutindo as formas como essa divisão ocorre, suas marcas de violência, suas capturas e transformações, pode-se deslocar e criticar esses processos que geram dissimetrias sociais em torno das identidades de gênero e sexuais.

Trabalhar nessa perspectiva envolve a atitude de interrogar e desconfiar do que está posto, com relação às compreensões do gênero e da sexualidade, a partir de um *estranhamento* do/no tempo presente.



Aí está a magia e o talento do ensaísta, nesse olhar afinado que lhe permite prestar atenção àquilo que habitualmente passa despercebido, ao detalhe, mas que, ao mesmo tempo, consegue que esse detalhe apareça sob uma nova perspectiva e que se amplie até o infinito, que expresse todo um mundo e toda uma forma de habitá-lo e, ao mesmo tempo, o estranhe até torná-lo inabitável. Ou torná-lo habitável, mas, precisamente, nesse estranhamento. (LARROSA, 2004, p. 35).

E é por isso que meus objetivos de pesquisa dirigem-se aos discursos, aos detalhes, aos efeitos de naturalização e evidência que eles podem carregar. Considerando que todo “[...] sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 2014, p. 41). O que me interessa, sobretudo, é investigar as redes e os efeitos das discursividades dos textos que tomei para análise nesse trabalho, a saber, os textos produzidos por professoras em situação de processo seletivo para entrada no Curso de Aperfeiçoamento em Gênero e Diversidade na Escola – GDE.

Quero dizer que o plano das linguagens é repleto de disputas, que não param de tentar definir, conduzir e governar as pessoas que integram, ou que se desejam integrar, a educação formal. Em vista disso, esse plano tem que ser constantemente questionado. O Curso de Aperfeiçoamento em Gênero e Diversidade na Escola – GDE, exemplifica um dos avanços conquistados pelos movimentos sociais feministas e LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), no que compete à implementação de políticas públicas educacionais nessa área, colocando o tema em um campo de disputa via linguagem, particularmente diante do recrudescimento do conservadorismo que nos últimos anos o Brasil tem assistido⁴.

Com as investidas recentes dos setores conservadores da sociedade brasileira, esse terreno de avanços passou a ser drenado até tomar ares de “terra arrasada”. Em contraposição às conquistas que permitiram a execução do curso, houve uma reação massiva para a retirada total das pautas de gênero e sexualidade dos documentos que formalizam o ensino público como um todo⁵, como aconteceu com a discussão sobre “ideologia de gênero”, quando da

4 Atualmente, percebemos as disputas no plano da linguagem, quando setores conservadores da sociedade passam a empreender uma batalha contra as conquistas dos movimentos sociais e outras pessoas que lutam por uma escolarização que contemple as diversas identidades de gênero e diversidade sexual no Brasil, bem como para cessar casos recorrentes de discriminação da população LGBT. Esses setores, fortemente assentados em instâncias do poder público, criam a expressão “ideologia de gênero”, e afirmam que essa suposta ideologia é nociva para a educação, argumento que discordo amplamente, pois pretende manter as violências e opressões pelas quais passam, diariamente, os sujeitos que divergem da heteronormatividade.

5 Uma, dentre muitas, das estratégias reacionárias utilizadas com o intuito de barrar o debate sobre a diversidade de gênero/sexual nas escolas, é o projeto de lei escola sem partido, que induz alunas e familiares a denunciarem docentes que tratam dessas questões durante suas aulas. “O Deputado Izalci (PSDB/DF)



aprovação dos Planos municipais, estaduais e nacional de Educação. Mesmo sabendo que essas investidas agem negativamente e, por vezes, impem a consolidação do enfrentamento às discriminações de gênero/sexuais, deve-se levar em conta que os crimes de ódio continuam a ocorrer, tais como racismo e LGBTfobia⁶, entre outros, como o “estupro corretivo”⁷. Por esse motivo, o debate acerca dessas pautas/vidas, no âmbito do ativismo político e na produção científica, nos solicita cada vez mais.

O contexto da formação continuada de profissionais da educação em gênero e diversidade sexual, relações étnico-raciais, dentre outras possíveis identidades tidas como minorias sociais⁸, é urgente e, por isso, foi tomado como matéria a ser investigada. Dessa forma, a problemática proposta por essa pesquisa passa pelas seguintes interrogações/questionamentos: que relações guardam as expectativas de formação das profissionais da educação para com as políticas públicas de inclusão, e as noções norteadoras da formação continuada na área de diversidade no Brasil? Em quais redes de poder-saber-verdade as concepções de gênero e sexualidade, expressas nos textos escritos por professoras e/ou pedagogas interessadas no curso GDE, estão inseridas? Quais efeitos de poder e/ou resistência emanam das discursividades dos textos analisados? E, por fim, é possível re-pensar o corpo escolarizado, em sua relação com o gênero e a sexualidade de outro modo? Em que medida seria possível outras práticas de experimentação do corpo, dos gêneros e das sexualidades em um trabalho de formação docente?

A presente pesquisa tem, por consequência, a intenção de investigar como atuam as discursividades dos textos das profissionais da educação envolvidas nesse estudo, a partir de

apresentou, em 23.03.2015, o **Projeto de Lei nº 867/2015**, que inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional o 'Programa Escola sem Partido.'” (Fonte: <http://www.escolasempartido.org/o-papel-do-governo-categoria/539-dia-historico-projeto-de-lei-que-institui-o-programa-escola-sem-partido-e-apresentado-na-camara-dos-deputados> – Acesso em 20-01-2016).

6 LGBTfobia refere-se às violências, sejam elas agressões físicas, emocionais e/ou psicológicas, cometidas contra gays (homofobia), lésbicas (lesbofobia), bissexuais (bifobia) e travestis ou transexuais (transfobia).

7 Esse crime tem sido constantemente noticiado, atingindo várias mulheres lésbicas, mas também homens transexuais, mais informações, em: http://www.brasilpost.com.br/2016/03/24/transfobia_n_9541636.html

8 Gilles Deleuze (2008) acredita que as “[...] minorias não se distinguem pelo número. Uma minoria pode ser mais numerosa que uma maioria. O que define a maioria é o modelo ao qual é preciso estar conforme”; “Ao passo que uma minoria não tem modelo, é um devir, um processo” (p. 214). Mesmo que aqui eu trate de movimentos sociais engendrados pela lógica identitária, a noção deleuziana de devir e minorias, se faz importante para discutir justamente sobre os processos de subjetivação não normativos, que necessitam do não enquadramento em ideais de “identidades fixas”, sejam elas de gênero e sexuais, ou não.



como determinadas noções de gênero e sexualidade, bem como sua relação com os discursos norteadores da formação continuada – GDE, são acionadas para falar do tema “gênero e diversidade na escola”, para, também, mobilizar o pensamento sobre os corpos escolarizados, explorando ideias e práticas de inclusão escolar ainda correntes.

2 SOBRE AS FERRAMENTAS TEÓRICAS E OS FUNDAMENTOS ANALÍTICOS

Essa pesquisa parte de um referencial teórico do trabalho de Michel Foucault – pelos estudos acerca do *discurso* e do *dispositivo de sexualidade*, Guacira Lopes Louro – por suas pesquisas a respeito do *corpo, gênero e sexualidade na educação*, Judith Butler – devido sua teorização do *gênero como performatividade* e Maura Corcini Lopes – em decorrência de suas análises das *políticas públicas de inclusão* na escolarização do Brasil. Além de Jamil Cabral Sierra – por sua tese cujo um dos enfoques é a respeito da *parceria entre Estado e movimentos sociais*, nas reverberações das políticas de formação docente continuada em diversidade sexual, acionadas, especificamente, por mim. E Maria Cláudia Dal'Igna – pelos estudos sobre *formação de professoras e gênero*. Busco envolver tais conceitos de forma experimental, para pensar o corpo escolarizado.

Nesse horizonte, afirma-se que os Estudos de Gênero chegam no Brasil pelo viés foucaultiano e pós-estruturalista dentro da área de educação conforme (CÉSAR; SETTI, 2012), por meio de Guacira Lopes Louro que, de certa forma, é quem inaugurou tais estudos por aqui.

Expressando-se de formas diversas, por vezes aparentemente independentes, feministas e pós-estruturalistas compartilham das críticas aos sistemas explicativos globais da sociedade; apontam limitações ou incompletudes nas formas de organização e de compreensão do social abraçadas pelas esquerdas; problematizam os modos convencionais de produção e divulgação do que é admitido como ciência; questionam a concepção de um poder central e unificado regendo o todo social, etc. (LOURO, 2014, p. 33).

Uma noção de ciência é, então, colocada em questão, bem como a noção de “verdade” engendrada por ela, em outras palavras, a autora problematiza a concepção de ciência moderna que acredita excessivamente na sua racionalidade, julgando ser capaz de, por meio dela, desvendar, explicar e superar a realidade. O pós-estruturalismo, enquanto movimento



intelectual – alimentado pelas contribuições da virada linguística⁹ – cria formas diferentes de fazer ciência, em que a linguagem é problematizada a partir de sua contingência, por ser tomada no nível radical, não permitindo analisá-la de forma “isenta”. Contudo, de saída, não é possível estabelecer expectativas transcendentais ou salvacionistas da realidade social.

Assim, não pretendo nessa pesquisa elencar respostas “verdadeiras” em face dos questionamentos feitos, mas, sim, pretendo dar a pensar sobre eles, para continuar outras conversações a respeito. Rosa Maria Bueno Fischer (2005) acredita que

Se deixamos de tomar as coisas enunciadas como palavras referidas a estas ou àquelas coisas, a esta ou àquela verdade, talvez possamos nos abrir a um tipo diferenciado de escuta do outro, das práticas discursivas e não-discursivas de que estamos tratando, e então talvez possamos deixar para trás a busca muitas vezes obsessiva por vozes e verdades “interiores”, abrindo-nos quem sabe aos vazios que circulam entre as palavras, entre as muitas coisas ditas, aos murmúrios que continuamente desfazem esses mesmos vazios. (p. 133).

A produção dos discursos terá sempre, em alguma medida, uma função restritiva e coercitiva. Esses são os limites do discurso, e se uma resposta supostamente certa é dada, ou um único saber é considerado verdadeiro, “[...] apagam-se as diferenças, aquilo que é tomado como marginal, periférico, e celebra-se o centro como verdade para todos” (COSTA, 2005, p. 205-206). Porém, do lugar teórico-político que escolhi, busco outros caminhos, muito mais pelas fronteiras que pelo centro, como fazem as clandestinas!

A tarefa é “[...] procurar compreender os processos que nos constituem e nos quais nos constituímos” (COSTA, 2005, p. 207), na tecitura da enunciação e dos acontecimentos históricos forjados por ela, pois as vidas estão indissolúvelmente atreladas aos limites dos pensamentos/saberes. Ocorre que “[...] o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito.” (FOUCAULT, 2014, p. 54). Com relação ao efeito de materialidade criado pelo discurso, quando se diz que alguém é, por exemplo, “menino”, se produz esse “ser menino”; no momento mesmo de sua nomeação, momento no qual se instala “[...] um processo que supostamente, deve seguir um determinado rumo ou direção. A afirmativa, mais do que uma

9 A virada linguística, sucintamente, corresponde aos estudos da linguagem realizados a partir dos anos 70, tendo em ressonância a capacidade de perceber que as enunciações, ou *atos de fala*, não podem ser dissociados do contexto histórico e de seus sujeitos. Aliás, diferem da perspectiva que trata a linguagem como simples maneira de representar o mundo, pois, ao contrário, entendemos que ela é quem forja o mundo tal qual o conhecemos em determinados momentos e lugares.



descrição, pode ser compreendida como uma definição ou decisão sobre um corpo.” (LOURO, 2015, p. 15). Mesmo que essa decisão não se efetive, plenamente, e em todos os casos.

Seguindo nessa direção, Anna Livia e Kira Hall (2010), ao se reportarem a Judith Butler (considerada uma das primeiras autoras da Teoria *Queer*, na esteira pós-estruturalista), compreendem que “[...] as palavras não estão significadas em e por si mesmas; esse significado é construído no discurso” (p. 117), e ainda afirmam que Butler “[...] se refere à ideia de que categorizar cria ou constitui aquilo ao qual esse ato se refere – embora indique que se pode reverter e deslocar os significados usuais de tais termos culturalmente carregados” (LIVIA; HALL, 2010, p. 117). Consequentemente, a dimensão da linguagem possui relação direta com a dimensão material das vidas.

A realidade provém da produção dos discursos que constituem saberes, inclusive os científicos. Quando se produz ciência, produz-se a realidade mesma, molda-se sua aparência. Em vez de ocultar tal poder produtivo na ideia de neutralidade da pesquisadora (que poderia supostamente responder as problemáticas de maneira direta e incontestável), quero mostrar esse poder na análise foucaultiana dos discursos, para “[...] escancarar a dimensão linguística e os sistemas de significação que produzem a realidade.” (SIERRA, 2015, p. 263).

As análises dos discursos inspiradas em Michel Foucault possibilitam “[...] descrever e problematizar discursos que, imbricados, permitem aos sujeitos/instituições expressar-se de determinados modos e não de outros.” (MEYER, 2012, p. 55). Essas noções vão se espalhando no curso da pesquisa, considerando que as pós-estruturalistas discordam de “*todas as formas de essencialismo, determinismo e naturalismo.*” (WILLIAMS, 2012, p. 27). Procuro, nesse sentido, realizar uma espécie de produção *alquímica*, aberta para a *experimentação criativa*. Esse posicionamento não anula a premissa de que

Uma metodologia alquimista considera, por um lado, a ciência como um artefato cultural, como inserida em disputas, como uma cadeia de significação cultural, como propícia às impregnações por outros artefatos que venham para movimentar análises e pensamentos, interrogações e problematizações. Por outro lado, sabe que, ao se fazer pesquisas, também se está inscrito nesse campo específico de produção de saberes. Por isso, um/a pesquisador/a alquimista é solicitado/a a explicar objetos e objetivos, questões e problematizações, fundamentação teórica e caminhos metodológicos. (CARDOSO, 2012, p. 220).

Conforme já assinalai, gênero aqui foi tomado, além de objeto de pesquisa, também



como epistemologia analítica. Para situá-lo como ferramenta teórica central, em par com o discurso, trago o contexto histórico de onde emergiram os Estudos de Gênero pós-estruturalistas dessa investigação. As movimentações em torno da reivindicação do direito ao voto das mulheres compõe, principalmente, o movimento sufragista, representando a primeira onda do feminismo de acordo Meyer (2004). Em concomitância com outros movimentos sociais – operário, anarquista e socialista – no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, esse movimento intelectual/social feminista produziu uma vasta gama de textos, mas, mesmo assim, não chegou a produzir uma epistemologia própria.

Já na segunda onda do feminismo, condensada no final dos anos 60 e na década de 70, as mulheres – entre elas negras, lésbicas, latinas, árabes e tantas outras – que não se sentiam representadas pelo movimento feminista de primeira onda, por acreditarem que tal movimento não levava em consideração as especificidades e multiplicidades do que significava e significa-se “ser mulher”, tecem críticas ao apelo reducionista que definia “a mulher” como o sujeito universal do feminismo, o que era, em grande medida, representado exclusivamente por mulheres brancas, cisgênero¹⁰, de classe média, ocidentais, cristãs e heterossexuais.

Desponta, a partir da segunda onda do feminismo, a primeira elaboração teórica do gênero como algo distinto de sexo. As estudiosas da época consideravam que o primeiro termo era produzido nas tramas sociais e históricas e, embora não tenham interrogado a suposta naturalidade do segundo termo, o conceito de gênero, nessa concepção, “[...] pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas ou representadas” (LOURO, 2014, p. 26) culturalmente, partindo, assim, de uma perspectiva construcionista do gênero.

Em uma nova guinada intelectual dos movimentos feministas, denota-se que tanto as bases do sufragismo precisavam ser reorganizadas, quanto a ideia do construcionismo de gênero, que mantinha a suposição da existência de dois “sexos” inscritos em uma ideia de natureza, pois utilizava analiticamente a polarização entre natureza e cultura. Essa problematização é feita por meio do feminismo pós-estruturalista, que faz a crítica “a mulher”, enquanto sujeito universal do feminismo, questionando o seu caráter substancial e

10 Termo desenvolvido para demarcar as pessoas cuja identidade de gênero vai de encontro com a determinação biológica, respaldada na genitália que o corpo carrega. O intuito da criação desse termo é evitar que tanto o movimento feminista, como os movimentos LGBT, continuassem a utilizar expressões essencializadoras do tipo: “mulher mulher”, “mulher de verdade” ou “mulher com vagina”. Criou-se, assim, a dicotomia – mulheres trans e mulheres cis. Para mais detalhes ver SANTOS (2015).



essencializador. As feministas norte-americanas passaram, inicialmente, a dar a tônica dessa discussão.

Ambos os horizontes de teorização e crítica, advindos dos movimentos feministas contribuíram por sua “[...] preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica” que “[...] só emergiu no fim do século XX.” (SCOTT, p. 85, 1995). Foi precisamente nesse momento que a categoria “gênero” é transformada em epistemologia.

No espaço aberto por esse debate, posicionadas ao lado da crítica da ciência desenvolvida pelas humanidades e da crítica do empirismo e do humanismo desenvolvido pelos/as pós-estruturalistas, as feministas não somente começaram a encontrar uma voz teórica; elas também encontraram aliados/as acadêmicos/as e políticos/as. É dentro desse espaço que nós devemos articular o gênero como uma categoria analítica. (SCOTT, p. 85, 1995).

Nos anos 90, a filósofa Judith Butler, passa a fazer a crítica ao dualismo sexo/natural e gênero/cultural. Ela cria o conceito de gênero como performatividade, mediante a radicalização das noções de gênero como representação de características biológicas e de gênero como construção cultural, a começar do exemplo da performance¹¹ da *drag queen*, que pode desestabilizar as próprias distinções entre natural/artificial, dentro/fora e superficial/profundo.

A performatividade de gênero, aponta pela primeira vez, o sexo como produto discursivo, que até então aparecia como um atributo ligado à “natureza”, escondendo sua artificialidade, na maneira como se apresentava materializado. Nesse sentido, não é o “sexo” que determina o “gênero”, mas antes a própria ideia de “sexo” já é generificada em número de dois. A partir de uma matriz de inteligibilidade heteronormativa, as enunciações/discursos criam a realidade materializada nos corpos, em outras palavras, são atos linguísticos produzindo efeitos reais sobre um corpo, de construção e inteligibilidade de um corpo.

De forma breve, é possível pensar três grandes marcos na história dos feminismos, e por consequência, dos Estudos de Gênero surgidos nesse processo¹². Primeiro, a concepção de gênero como expressão do sexo biológico – enraizada numa ideia de natureza determinante – correspondente a primeira onda do feminismo, fazendo a crítica ao patriarcado universal e

11 Performatividade de gênero não significa a mesma coisa que uma performance. No primeiro caso trata-se da matriz de inteligibilidade que significa e materializa o “sexo” nos corpos, não a partir de uma ação intencional e individual como no segundo caso, o da atitude na performance.

12 Para uma investigação mais extensa, ver Louro (2014).



tendo sua luta centralizada no sufrágio. Segundo, a concepção de gênero como construção social/histórica – subsidiada pela ideia de cultura determinante – realizada pelo feminismo de segunda onda, na crítica à noção de “mulher” como sujeito universal do feminismo. Ambos os movimentos intelectuais e políticos mantêm a dicotomia entre “natureza” e “cultura”.

E o terceiro, que entende o gênero como performatividade – na radicalização do construcionismo – desconstruindo a ontologia do gênero, derivada do pressuposto humanista da metafísica da substância, logo, a “[...] noção de que o sexo aparece na linguagem hegemônica como *substância*, ou, falando metafisicamente, como ser idêntico a si mesmo, é central para cada uma dessas concepções” (BUTLER, 2016, p. 46) que tratei anteriormente, mas para a última concepção que viabiliza as análises de meu estudo, o que aparenta ser substancial “[...] se realiza mediante um truque performativo da linguagem e/ou discurso, que oculta o fato de que “ser” um sexo ou um gênero é fundamentalmente impossível.” (BUTLER, 2016, p. 46).

Judith Butler explode com a naturalidade da “natureza”, entendendo-a como ficção, por meio da recusa das “origens”, assim como Michel Foucault das “verdades”, em relação ao binário sexo/gênero e à noção de “essência”. A autora questiona, principalmente, a ontologia do binarismo de gênero e a heterossexualidade compulsória.

Os limites da análise discursiva do gênero pressupõe e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero. (BUTLER, 2016, p. 30-31).

Os discursos e saberes produzidos em torno do gênero estabelecem os limites de sua efetivação. Porém, esses discursos não são produzidos no vazio ou aleatoriamente, eles são constituídos com base em noções tomadas como universais, que pretendem fixá-los em uma certa ordem generalizável. O que podemos pensar por meio desses conceitos universais é o que se realiza e materializa nos corpos generificados, não de maneira geral.

Michel Foucault contribui muito com a teoria de Judith Butler. Para o autor, a ideia de “sexo” só faz sentido no interior do dispositivo de sexualidade, outro sistema universal que estabelece normas e produz efeitos reais a partir dos discursos (poderes/saberes/verdades)



sobre o “sexo”, sendo impossível reduzi-lo a materialidade biológica. Foucault e, posteriormente, Butler, criam um movimento de desnaturalização das “evidências” com relação ao que se entende por “sexo”, “gênero” e “desejo”.

3 SOBRE O CORPUS E O FAZER TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

Os textos das profissionais da educação que discorrem sobre suas intenções em participar do GDE, formaram a maior parte do corpus desse estudo. No âmbito metodológico, separei os textos por área de ensino/formação inicial, em seguida nomeei e enumerei cada um deles, criando legendas que facilitam o tratamento dos dados. Minha atenção está voltada para a formação continuada dessas professoras e/ou pedagogas em gênero e sexualidade, pontualmente sobre suas expectativas com relação ao curso.

Com base nos estudos que abordam a relação entre gênero e educação, defini três categorias analíticas, as quais direcionam a análise, em coerência com a produção científica. As categorias analíticas são: a) diferença, binarismo de gênero e patologização da sexualidade; b) escola, inclusão e prática/formação docente; c) respeito, tolerância e políticas públicas. Lendo os textos das professoras e/ou pedagogas percebi que as ideias de gênero/sexualidade expostas podem estar baseadas, exatamente, nas concepções criticadas por Butler.

Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere certo determinismo de significados de gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto a formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. (BUTLER, 2016, p. 28-29).

Por estarem fundamentadas em uma matriz de inteligibilidade heterossexual, ambas as concepções – biológica ou construcionista – de sexo/gênero, tomam como natural a existência do binarismo mulher/homem, mas esse fundamento comum alimentado por um conceito de natureza, não passa de um elemento inventado no/pelo discurso, com o objetivo de atribuir significados e tornar legível as vidas dentro de um padrão previamente estabelecido, que requer efeitos esperados e, ao mesmo tempo, busca minimizar riscos ou controvérsias na ordem normativa que impõe.



Assim, o “sexo” é um ideal regulatório cuja materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas. Em outras palavras o “sexo” é um construto ideal que é forçosamente materializado através do tempo. Ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o “sexo” e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas. (BUTLER, 2015, p. 154).

O que Michel Foucault chamou de dispositivo de sexualidade assemelha-se a matriz de inteligibilidade heteronormativa destacada em Judith Butler, que produz e incorpora os sexos/gêneros. Logo, “[...] o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado 'sexo' seja tão culturalmente construído quanto o gênero” (BUTLER, 2016, p. 27), e, diante disso, não existe distinção possível entre esses dois termos. Todavia, enquanto Butler está criando sua teoria, existe um debate amplo¹³ que opera, precisamente, na dissociação entre sexo assimilado como natureza e gênero assimilado como cultura.

No empenho de ampliar o corpus, para relacionar os discursos das professoras e/ou pedagogas com os discursos contemporâneos das políticas públicas de inclusão, entra em cena o livro de conteúdo do curso GDE, que aborda as diretrizes conceituais para a promoção da inclusão voltada a população LGBT. Para Sierra (2013), existe uma singularidade na relação de parceria que se desenvolveu entre os movimentos sociais LGBT e o Estado, no contexto brasileiro de lutas por direitos dessa população. Nos últimos treze anos, viabilizou-se a ampliação do debate sobre gênero e sexualidade, tanto na educação pública formal, quanto na organização social geral, em decorrência das inúmeras iniciativas políticas em nível federal, como foi o curso que analiso.

Em vista disso, atualmente não se tem dificuldade de encontrar em ambos os discursos, dos movimentos sociais e do Estado – se é que podemos separá-los – o apelo à categoria humanidade, associada aos reclames por respeito e tolerância. Quando as minorias de gênero e sexualidade escoam essas retóricas, podem estar ajudando em um processo que aparenta ser inclusivo, pois ele recebe mesmo o nome de políticas públicas de inclusão LGBT,

13 A partir de 1960 os movimentos sociais contra as discriminações sexuais passam a se consolidar no campo teórico, principalmente em virtude das pensadoras feministas da segunda onda, mas também com o apoio do multiculturalismo, pelas teorizações a respeito das desigualdades de classe e étnico-raciais. “É, portanto, nesse contexto de efervescência social e política, de contestação e de transformação, que o movimento feminista contemporâneo ressurgiu, expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também através de livros, jornais e revistas. Algumas obras hoje clássicas – como, por exemplo, *Le deuxième sexe*, de Simone de Beauvoir (1949), *The feminine mystique*, de Betty Friedan (1963), *Sexual politics*, de Kate Millet (1969) – marcaram esse novo momento.” (LOURO, 2014, p. 20).



mas que em seu âmago é excludente, porque corrobora no estabelecimento de fronteiras de humanidade, normatividade e identidade.

Na medida que são fixadas identidades lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais se estabelecem normas, padrões, características que permanecem excluídas, conseqüentemente, pessoas permanecem excluídas, pois são apontadas como divergentes da norma identitária, sem demonstrar como essa diversidade também não possui essência, mas foi construída tão artificialmente quanto as identidades que já estão incluídas pela heteronormatividade. Embora existam ganhos imensos pela visibilidade que promoveu tal parceria, expondo as agressões/opressões vividas pela população LGBT, outras estratégias de governamentalidade¹⁴ e de in/exclusão¹⁵ são formadas por esses discursos representacionais de gênero e sexualidade.

Portanto, a assertiva, extensamente repetida, “somos todos humanos”, não considera que para o humano existir é necessário criar sua contraparte, ou seja, o não-humano. Para praticar “inclusão” é preciso inventar quem incluir, para compor o centro, a normal, a incluída desde sempre, é preciso criar a margem, a anormal, a que precisa ser incluída. “Esses locais excluídos vêm a limitar o ‘humano’ com seu exterior constitutivo, e a assombrar aquelas fronteiras com a persistente possibilidade de sua perturbação e rearticulação” (BUTLER, 2015, p. 161), uma vez que, pela própria contingência desse processo, existe a necessidade constante de demarcar, limitar, circunscrever no discurso o que “é normal” e o que “é anormal” em termos de gênero e sexualidade.

Logo, a expressão *queer*, elaborada e acionada em contextos que diferem do Brasil, não representa outra identidade, porque se coloca avessa a ela, no enfrentamento a fixação de identificações, em uma espécie de *atitude queer* segundo Sierra (2013). Isso significa nunca ajustar-se, nunca fazer como e não admitir ser algo em definitivo.

14 Trata-se da atitude de governo do sujeito sobre si mesmo, em meio a estratégias de governo articuladas pelos mais variados discursos, a pessoa se autogoverna. Podemos substituir pela “crítica de Michel Foucault à razão política.” (VEIGA-NETO, 2002, p.18), a expressão autogoverno por autogovernabilidade ou autogovernamentalidade, ou a expressão tecnologias de governo por tecnologias de governo.

15 A partir das ações/políticas de Estado sobre as vidas da população, ou *biopolíticas*, desenvolvidas no Brasil desde o final do século XX, investe-se na “[...] diminuição dos excluídos, embora continuemos a apontar exclusões a partir da mobilização de outros conceitos. Entre os conceitos mobilizados está o de in/exclusão. Este surge para mostrar que embora muitos estejam incluídos nas estatísticas e em alguns espaços físicos, boa parcela dos indivíduos ainda sofre com as práticas de inclusão excludentes. Dito de outra forma, muitos sofrem por estarem no interior dos grupos discriminados e impedidos/limitados de se relacionar ou ainda de participar das mesmas práticas dos grupos que integram.” (LOPES; FABRIS, 2013, p. 74). O detalhamento desse conceito será desenvolvido na redação final da dissertação ainda em curso.



O corpo da multidão *queer* aparece no centro disso que chamei, para retomar uma expressão de Deleuze, de um trabalho de “desterritorialização” da heterossexualidade. Uma desterritorialização que afeta tanto o espaço urbano (é preciso, então, falar de desterritorialização do espaço majoritário, e não do gueto) quanto o espaço corporal. Esse processo de “desterritorialização” do corpo obriga a resistir aos processos do tornar-se “normal”. Que existam tecnologias precisas de produção dos corpos “normais” ou de normalização dos gêneros não resulta um determinismo nem uma impossibilidade de ação política. (PRECIADO, 2011, p. 14).

Ainda que essa compreensão, antinormativa, impulsionada pela ação política/teórica *queer*, tenha mostrado a necessidade de tomar a identidade como um problema a ser investigado, no caso do Brasil, temos até hoje o processo contrário, em que as políticas de reconhecimento dos grupos marginalizados pautam-se no projeto intelectual de harmonização social, quando recorrem às categorias como “humanismo”, “generosidade” e “tolerância”. Por isso, contemporaneamente, fazer a crítica a noção de identidade é fazer a crítica a noção de diversidade. Assim, é a partir dos apontamentos pós-identitários, *queer* e do entendimento do gênero como performatividade, que dou voz e corpo a essa pesquisa!

Quero frisar que não busquei desmerecer o alcance positivo das intenções em trabalhar com os temas gênero e diversidade na escola, expostas nas narrativas das profissionais da educação, bem como, das ações motivadas pelo Estado junto aos movimentos sociais em questão. É impossível negar que muitas vidas foram beneficiadas por tais intenções e ações. Apesar de que, penso ser importante continuar a desconfiar e investigar quais vidas não foram beneficiadas e o por que, além de questionar as que foram beneficiadas, a fim de perceber como isso ocorre – sob quais arranjos e negociações –, até porque, na lógica das identidades e seus direitos correspondentes, sempre é preciso negociar, aproximar-se e distanciar-se de determinadas expressões. Para tanto, tomei “de assalto” a tarefa interminável, destacada por Veiga-Neto (2012) pela metáfora de Gaston Bachelard, de ir aos porões.

As idas aos porões nos mostram que o mundo social tem história e é bem mais complexo do que nos fizeram supor as metanarrativas iluministas da totalidade, da continuidade e do progresso meliorista, bem como da onipresença da dialética e da sua onipotência para tudo explicar e resolver. (p. 268).

Nesse texto fiz uma apresentação geral de minha pesquisa no mestrado, assim, o próximo passo é, justamente, a partir dos referenciais teórico-metodológicos aqui apresentados, seguir para a análise do corpus com base nas categorias analíticas estabelecidas.



Contudo, esse texto não possui resultados conclusivos, pois a dissertação ainda está em andamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Gênero e Diversidade na Escola**: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 10 ed. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARDOSO, Livia de Rezende. *Nos rastros de uma bruxa, compondo metodologias alquimistas*. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucey Alves. (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 219-241.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; SETTI, Nádia. *Corpos e identidades em jogo. Dois olhares feministas*. **Labrys, Estudos Feministas**, s/v, n. 22, 2012. Disponível em: <<http://www.labrys.net.br/labrys22/education/maria%20rita.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

COSTA, Marisa Vorraber. *Velhos temas, novos problemas – a arte de perguntar em tempos pós-modernos*. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss. (Orgs.). **Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 199-214.

DELEUZE; Gilles. **Conversações**. Trad. de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2008.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Escrita acadêmica: arte de assinar o que se lê*. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (Orgs.). **Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 117-140.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 24 ed. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LARROSA, J. *A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida*. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n.1, p. 27-43, 2004.

LIVIA, Anna; HALL, Kira. “É uma menina!”: a volta da performatividade à linguística. In: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz. (Orgs.). **Linguagem. Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 109-127.



LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. **Inclusão & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ªed. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **Um corpo estranho**. Ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MEYER, Dagmar Estermann. Teorias e políticas de gênero. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 13-18, 2004.

_____. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucey Alves. (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 47-61.

PRECIADO, Beatriz. Multidões *queer*. Notas para uma política dos “anormais”. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.19, n. 1, 312, p. 11-20, 2011.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. **Corpos e subjetividades trans na escola e nos movimentos sociais: a reivindicação das tentativas de captura por meio das normativas oficiais**. Trabalho apresentado na 37ª Reunião Nacional da ANPED, Florianópolis, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20 n. 2, p. 71-99, 1995.

SIERRA, Jamil Cabral. **Marcos da vida viável, marcas da vida vivível: o governo da diversidade sexual e o desafio de uma ética/estética pós-identitária para a teorização político-educacional LGBT**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná. Doutorado em Educação. 2013.

_____. Memórias do sexo – a construção de um itinerário de pesquisa em gênero, diversidade sexual e educação. In: FERREIRA, Aparecida de Jesus. (Org.). **Narrativas Autobiográficas de Identidades Sociais de Raça, Gênero, Sexualidade e Classe em Estudos da Linguagem**. Campinas: Pontes Editores, 2015. p. 259-281.

SILVA, Tomaz Tadeu da. O Adeus às metanarrativas Educacionais. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 247-258.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas de governo... In. RAGO, M., ORLANDI, L. B. L., VEIGA-NETO, A. (Orgs.) **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.13-34.

_____. É preciso ir aos porões. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 267-282, 2012.

#4 seminário internacional de educação e
de 19 a 21 de julho de 2016 ISSN: 2316-4948

#2 encontro internacional de estudos de
SEXUALIDADE
GÊNERO

FUNDAMENTALISMOS E VIOLÊNCIAS

"O QUE TEMOS
FEITO DE NÓS?"
(Vitória - ES)

WILLIAMS, James. Pós-estruturalismo. Trad. Caio Liudvig. Petrópolis, Rio de Janeiro: